



**BRUNISA COMÉRCIO E SERVIÇOS  
PARA TRÂNSITO E TRANSPORTE LTDA**

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) AGENTE DE CONTRATAÇÕES/PREGOEIRO (A) DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUMIDOURO – RJ.**

**Pregão Eletrônico nº: 054/2025 - Processo Licitatório nº: 3688/2025**

**Objeto: “AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA TIPO D (UTI MÓVEL)”, para atender às necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**BRUNISA COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA TRÂNSITO E TRANSPORTE**

**LTDA – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 20.901.717/0001-11, sediada na Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 1248 – Conj.507 – Vila Leopoldina – São Paulo - CEP: 05305-002-SP, por intermédio de seu representante legal infra- assinado, com poderes para tanto, vem respeitosamente à presença de Vossa Ilustríssima pessoa, apresentar

**RAZÕES RECURSAIS**

pelas razões fáticas a seguir aduzidas:

A RECORRENTE atendendo ao chamado da Instituição supracitada para o certame licitatório realizado na data de 31 de outubro do ano corrente veio dele participar com a mais estrita observância às exigências editalícias.

O certame teve por objeto a AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA TIPO D (UTI MÓVEL), para atender às necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Ocorre que a empresa ora RECORRENTE vislumbrou durante a sessão afronta expressa à dispositivos editalícios

Eis a síntese dos fatos.

**I – DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO:**

A Recorrente manifestou sua intenção de recurso tempestivamente na própria sessão pública, conforme registrado na Ata do Pregão Eletrônico, em 31/10/2025 às 11:46:53 horas, tendo sido concedido o prazo para apresentação das razões até 05/11/2025, em conformidade com o art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Assim, o presente recurso é tempestivo e cabível, atendendo aos requisitos legais e editalícios.

## **II – DOS FATOS:**

A empresa **VALIS DISTRIBUIDORA LTDA**, vencedora do certame, foi declarada habilitada e adjudicada pelo valor de R\$ 496.000,00, conforme consta da Ata de Julgamento.

Todavia, após a análise dos documentos de habilitação apresentados pela referida licitante, verificou-se que houve descumprimento de exigências editalícias e do Termo de Referência, notadamente quanto à apresentação de comprovação de capacidade técnica (CAT emitida pelo CREA), laudos técnicos e demais certificações exigidas para o veículo ofertado (Ambulância Tipo D – UTI Móvel).

## **III – DAS IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS:**

### ***1. Ausência de Comprovação de Capacidade Técnica – CAT***

O Termo de Referência (Anexo I do Edital) exige expressamente, para a comprovação da capacidade técnica, a apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT emitida pelo CREA do responsável técnico, conforme determina o art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021, e conforme boas práticas de gestão de contratos de engenharia previstas no Manual de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia.

*“A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e a Certidão de Acervo Técnico (CAT) são documentos obrigatórios que definem legalmente o responsável técnico pelo serviço de engenharia.” (Manual de Fiscalização, item 1.1)*

A empresa **VALIS DISTRIBUIDORA LTDA** não apresentou a CAT que comprove a experiência técnica do profissional ou da empresa em fornecimento de ambulâncias tipo D, contrariando o item de habilitação técnica do edital.

## ***2. Ausência de Laudos e Certificações Técnicas Exigidas***

O Termo de Referência também determina que o bem ofertado (ambulância tipo D) deve ser acompanhado de laudos técnicos e certificações emitidas por órgãos competentes (ex.: INMETRO, DENATRAN/ SENATRAN E ANVISA), comprovando que o veículo atende integralmente às normas vigentes da ABNT NBR 14561/2021.

Conforme verificado, a licitante vencedora deixou de apresentar os laudos de conformidade e atestados de homologação do modelo, documentos indispensáveis para o atendimento do objeto.

Tal omissão implica descumprimento das especificações técnicas do edital e do Termo de Referência, afrontando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021).

## ***3. Violação dos Princípios da Isonomia e da Legalidade***

A habilitação da licitante VALIS DISTRIBUIDORA LTDA sem a apresentação integral dos documentos exigidos fere os princípios da isonomia, da legalidade e do julgamento objetivo, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deve exigir o cumprimento integral das condições editalícias, sob pena de violação ao art. 59, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que prevê a inabilitação da licitante que não comprove as condições de habilitação técnica.

## **IV – DO DIREITO:**

Nos termos do art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021, caberá recurso contra atos que declarem o vencedor ou inabilitem licitantes.

O art. 59, II, da mesma Lei dispõe que será inabilitado o licitante que não apresentar a documentação exigida.

O art. 17, inciso II, do Decreto Municipal nº 3.897/2023, aplicável ao certame, reforça a obrigatoriedade da verificação técnica e documental dos itens ofertados.

Por fim, a doutrina da nova Lei de Licitações, conforme o Guia Prático da JML, destaca que:

*“A habilitação tem por finalidade aferir a aptidão do licitante para cumprir o contrato, devendo a Administração verificar a compatibilidade técnica e jurídica com o objeto licitado, sob pena de nulidade do certame.”*

Assim, a habilitação da vencedora, sem os documentos técnicos exigidos, é ato nulo de pleno direito.

**V – DO PEDIDO:**

Diante do exposto, requer a Recorrente:

- ❖ O conhecimento e provimento do presente recurso, para reformar a decisão que declarou habilitada a empresa VALIS DISTRIBUIDORA LTDA;
- ❖ A inabilitação da referida empresa, com base no descumprimento dos requisitos técnicos e de habilitação exigidos no Edital e Termo de Referência;
- ❖ A eventual anulação da fase de habilitação, para novo exame documental, garantindo a observância dos princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório.


**VI – DO ENCERRAMENTO:**

Requer-se, por fim, que as presentes razões recursais sejam integralmente conhecidas e providas, com a devida correção do julgamento da fase de habilitação, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e ao Edital do Pregão nº 054/2025.

Termos em que,

Pede Deferimento.

São Paulo, 05 de novembro de 2025.

  
**ALBERTO FERNANDO FONTOLAN**  
RG: 14.230.552-2  
DIRETOR DE VENDAS Á GOVERNO